




HISTÓRIA ENTRE CRISE, MEMÓRIA E MEDIAÇÃO DIGITAL: TEORIA DA HISTÓRIA NA PÓS-MODERNIDADE

HISTORY BETWEEN CRISIS, MEMORY, AND DIGITAL MEDIATION: THEORY OF HISTORY IN POSTMODERNITY

HISTORIA ENTRE CRISIS, MEMORIA Y MEDIACIÓN DIGITAL: TEORÍA DE LA HISTORIA EN LA POSMODERNIDAD

 <https://doi.org/10.56238/levv16n47-123>

Data de submissão: 11/03/2025

Data de publicação: 11/04/2025

Marcio Andre Martins de Moraes

Doutor em História Social

Instituição: Universidade de São Paulo

E-mail: marcioammoraes@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8738-0485>

RESUMO

O artigo examina as transformações da teoria da história no contexto da pós-modernidade, tomando como eixos a crise das metanarrativas, o debate sobre a virada linguística, a centralidade contemporânea da memória e a emergência da História Digital. A partir de autores como François Dosse, Ciro Flamarion Cardoso, Hayden White, Jörn Rüsen, Hans Ulrich Gumbrecht e Ewa Domańska, analisa-se o tensionamento entre relativismo pós-moderno e a necessidade de critérios de racionalidade e validade historiográfica. Em diálogo com os estudos sobre memória, patrimônio e regimes de historicidade, o texto discute a reconfiguração da função social da historiografia em contextos marcados pelo presentismo, pela judicialização do passado e pelas disputas públicas de memória. Por fim, argumenta-se que a História Digital não representa uma ruptura com o núcleo disciplinar, mas uma redefinição das condições de produção, circulação e crítica das fontes, exigindo uma hermenêutica digital e uma ética pública da evidência. O artigo sustenta que a historiografia contemporânea se constitui como campo de tensões entre crítica da representação, atenção à materialidade do passado e responsabilidade pública do historiador.

Palavras-chave: Teoria da História. Pós-modernidade. Memória e Patrimônio. História Digital. Consciência Histórica. História Pública.

ABSTRACT

The article examines the transformations of theory of history in the context of postmodernity, taking as its main axes the crisis of metanarratives, the debate surrounding the linguistic turn, the contemporary centrality of memory, and the emergence of Digital History. Drawing on authors such as François Dosse, Ciro Flamarion Cardoso, Hayden White, Jörn Rüsen, Hans Ulrich Gumbrecht, and Ewa Domańska, it analyzes the tensions between postmodern relativism and the need for criteria of rationality and historiographical validity. In dialogue with studies on memory, heritage, and regimes of historicity, the text discusses the reconfiguration of the social function of historiography in contexts marked by presentism, the juridification of the past, and public disputes over memory. Finally, it argues that Digital History does not represent a rupture with the disciplinary core of historiography, but rather a redefinition of the conditions of production, circulation, and critique of sources, requiring a digital

hermeneutics and a public ethics of evidence. The article contends that contemporary historiography is constituted as a field of tensions between the critique of representation, attention to the materiality of the past, and the historian's public responsibility.

Keywords: Theory of History. Postmodernity. Memory and Heritage. Digital History. Historical Consciousness. Public History.

RESUMEN

Este artículo examina las transformaciones de la teoría histórica en el contexto de la posmodernidad, centrándose en la crisis de las metanarrativas, el debate sobre el giro lingüístico, la centralidad contemporánea de la memoria y el surgimiento de la Historia Digital. Basándose en autores como François Dosse, Ciro Flamarion Cardoso, Hayden White, Jörn Rüsen, Hans Ulrich Gumbrecht y Ewa Domańska, analiza la tensión entre el relativismo posmoderno y la necesidad de criterios de racionalidad y validez historiográfica. En diálogo con los estudios sobre memoria, patrimonio y regímenes de historicidad, el texto discute la reconfiguración de la función social de la historiografía en contextos marcados por el presentismo, la judicialización del pasado y las disputas públicas sobre la memoria. Finalmente, argumenta que la Historia Digital no representa una ruptura con el núcleo disciplinario, sino una redefinición de las condiciones de producción, circulación y crítica de las fuentes, exigiendo una hermenéutica digital y una ética pública de la evidencia. Este artículo argumenta que la historiografía contemporánea se constituye como un campo de tensiones entre la crítica de la representación, la atención a la materialidad del pasado y la responsabilidad pública del historiador.

Palabras clave: Teoría de la Historia. Posmodernidad. Memoria y Patrimonio. Historia Digital. Conciencia Histórica. Historia Pública.

1 HISTÓRIA E PÓS-MODERNIDADE: CRISES, DESAFIOS E RECONFIGURAÇÕES

A emergência do cenário da pós-modernidade na historiografia, frequentemente associada à crise das grandes metanarrativas de progresso e à fragmentação do objeto histórico, aquilo que François Dosse caracterizou como *história em migalhas*¹ (DOSSE, 2003), colocou a disciplina diante de um desafio epistemológico agudo. Longe de se reduzir a um rótulo cronológico, a pós-modernidade manifesta-se como crise de paradigmas que, no Brasil, encontrou em Ciro Flamarion Cardoso uma crítica contundente à *mitologia pós-moderna* no artigo *Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador* (CARDOSO, 1999)²: para ele, o esgotamento dos modelos estruturalistas não deveria conduzir a um relativismo paralisante, mas à busca de uma racionalidade historiográfica renovada, capaz de manter o compromisso com a materialidade social.

Diante desse quadro, a teoria da história contemporânea procura caminhos que superem a dicotomia entre o objetivismo moderno e o subjetivismo pós-moderno: autores como Jörn Rüsen (2001)³ e Arthur Alfaix Assis (2010)⁴ sugerem que a validade do conhecimento histórico reside na função orientadora da consciência histórica, pois a discussão sobre a relação entre a subjetividade (as necessidades e carências da vida prática) e a objetividade (os critérios científicos e métodos da pesquisa) da História é o coração de sua Matriz Disciplinar ruseniana.

No caráter hermenêutico da investigação, enquanto o debate sobre a “presença” e a materialidade da história, capitaneado por Hans Ulrich Gumbrecht⁵ e Ewa Domańska⁶, desloca o foco da representação puramente textual para a concretude ontológica⁷ do passado. Assim, a história na pós-modernidade configura-se como um campo de tensões em que a crítica à autoridade eurocêntrica e linear convive com a necessidade de uma ética da evidência e de um renovado compromisso com a presença material do que foi.

No debate sobre a pós-modernidade na historiografia brasileira, Ciro Flamarion Cardoso ocupa posição estratégica ao recusar tanto a adesão entusiasta ao pós-modernismo quanto a nostalgia pelos antigos modelos estruturalistas. Em textos como *História e paradigmas rivais* (CARDOSO, 1997)⁸,

¹ Para saber mais: DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Tradução de Magda S. Monteiro. Bauru: EDUSC, 2003.

² Para saber mais: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador*. Diálogos, v. 3, n. 3, p. 1-28, 1999.

³ Para saber mais: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2001.

⁴ Para saber mais: ASSIS, Arthur. *A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução*. Ed. UFG, 2010.

⁵ Para saber mais: GUMBRECHT, Hans Ulrich. *A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado*. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 2, n. 3, p. 10-22, 2009.

⁶ Para saber mais: DOMANSKA, Ewa. *Para além do antropocentrismo nos estudos históricos*. *Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia* (ISSN 2179-6386), v. 4, n. 1, p. 9-26, 2013.

⁷ Aqui faz necessário uma distinção de três categorias: *Cronológico*: Relativo à ordem das datas (o "quando"); *Epistemológico*: Relativo ao conhecimento e às fontes (o "como sabemos") e *Ontológico*: Relativo à essência e à existência da realidade (o "o que é").

⁸ Para saber mais: CARDOSO, Ciro Flamarion. *História e paradigmas rivais*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 1-23.

incluído na coletânea Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia, que organizou junto com Ronaldo Vainfas, e em ensaios sobre “crise paradigmática” (CARDOSO, 1999), Cardoso descreve o cenário contemporâneo como um momento de tensão entre dois grandes conjuntos de referências: de um lado, um paradigma que ele chama de iluminista/materialista histórico, no qual se inscrevem, com todas as diferenças, o marxismo e a tradição dos Annales; de outro, um “paradigma pós-moderno”, marcado pela valorização da fragmentação, da multiplicidade de interpretações e da crítica às metanarrativas.

Sua crítica à *mitologia pós-moderna* não consiste em negar a importância da virada linguística⁹, da ampliação de fontes e objetos ou da atenção às subjetividades, mas em apontar o risco de um relativismo que dissolve qualquer critério de racionalidade, apaga assimetrias sociais e desarma politicamente a historiografia. Em resposta a isso, Cardoso defende a necessidade de um paradigma dominante democrático, capaz de dialogar com abordagens diversas, incorporar críticas feministas, culturais e pós-coloniais, mas sem abdicar da explicação, da análise de estruturas e da materialidade da vida social; em outras palavras, uma historiografia que reconheça a crise da modernidade sem capitular diante da ideia de que todo discurso histórico vale o mesmo.

Na cena internacional, a discussão sobre a pós-modernidade na historiografia foi fortemente moldada pela crítica ao estruturalismo e pela chamada virada linguística. Em *A História em migalhas: dos Annales à Nova História* (DOSSE, 2003), François Dosse analisa como a tradição dos Annales, nas suas diferentes gerações, desemboca, a partir dos anos 1970, em um quadro de fragmentação do objeto histórico, proliferação de temas e escalas e esmaecimento das grandes sínteses, situação que ele sintetiza na imagem da “história em migalhas”. Ao acompanhar o deslocamento de uma história social totalizante para histórias culturais, das mentalidades¹⁰, micro-histórias¹¹ e enfoques narrativistas¹², Dosse mostra que o questionamento das metanarrativas de progresso vem acompanhado de uma crescente atenção à linguagem, ao discurso e às formas de representação, influência direta do estruturalismo e, sobretudo, do pós-estruturalismo.

A virada linguística, alimentada por autores como Hayden White (WHITE, 2002), Lyotard¹³ e os teóricos do pós-estruturalismo, introduz na historiografia a ideia de que o texto histórico é uma

⁹ Para saber mais: WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2002.

¹⁰ Como trabalho de destaque podemos citar: VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹¹ Como trabalho de destaque podemos citar: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹² Como trabalho de destaque podemos citar: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução de Cláudia Dornbusch. Campinas: Papirus, 1994-1997. 3 v.

¹³ Jean-François Lyotard, em sua obra *A Condição Pós-Moderna*, define a pós-modernidade pela “incredulidade em relação às metanarrativas”. No campo da historiografia, essa postura implica o colapso dos grandes esquemas explicativos universais — como o progresso iluminista ou a teleologia marxista —, que conferiam um sentido unitário e finalista à história. Em substituição às metanarrativas, Lyotard propõe a valorização dos “pequenos relatos” (*petits récits*), enfatizando a fragmentação do saber, a multiplicidade de jogos de linguagem e a descontinuidade temporal, o que fundamenta diversas críticas contemporâneas às periodizações lineares e eurocênticas. Para saber mais: LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

construção discursiva que organiza o passado por meio de estratégias narrativas e retóricas, exigindo que o estatuto de verdade das narrativas históricas seja intensamente problematizado. Esse movimento, ao mesmo tempo em que aprofunda a reflexão sobre as formas de escrita da história, alimenta a suspeita, tematizada por autores como Ciro Flamarion Cardoso, de que a ênfase exclusiva na linguagem e na representação pode conduzir a uma espécie de *mitologia pós-moderna*, na qual se corre o risco de negligenciar a dimensão material e estrutural dos processos históricos em nome de um pluralismo interpretativo sem critérios.

Tomados em conjunto, Keith Jenkins, Alun Munslow, Frank Ankersmit e Ewa Domańska ajudam a mapear um arco interno ao debate pós-moderno em teoria da história. Jenkins e Munslow representam o momento em que a virada linguística é levada ao limite: ambos afirmam que a história é, antes de tudo, discurso e produção textual, de modo que não há um acesso privilegiado ao real, mas múltiplas narrativas possíveis, construídas por meio de escolhas retóricas, conceituais e políticas, o que sustenta formas fortes de relativismo e desconstrução. Ankersmit, igualmente ancorado na crítica à transparência representacional, desloca o foco da simples correspondência factual para a “substância narrativa” e, depois, para a experiência sublime do passado, enfatizando a opacidade das representações e a irrupção do passado no presente. Domańska, que parte desse mesmo horizonte desconstrutivo, torna explícito o esgotamento do “pós-modernismo duro” e propõe um passo adiante: manter a crítica à representação, mas recolocar no centro o estatuto ontológico do passado, a materialidade e as perspectivas pós-humanistas, convidando a historiografia a abandonar o ceticismo paralisante e assumir um papel afirmativo na imaginação de futuros em tempos de catástrofe.

Em *Rethinking History* (JENKINS, 2003)¹⁴, o historiador Keith Jenkins leva às últimas consequências a crítica pós-moderna à ideia de verdade histórica. Para ele, a história não é um espelho do passado, mas um discurso entre outros, produzido em linguagens e jogos de poder específicos, de modo que não há acesso privilegiado a uma “realidade histórica” objetiva: o que chamamos de verdade são apenas *construções situadas*, “ficções úteis” que respondem a interesses e valores presentes. Dialogando com a virada linguística de Hayden White, Jenkins insiste que fatos não falam por si; só se tornam “evidências” quando inseridos em narrativas e argumentos, e essas narrativas poderiam sempre ter sido outras, sem que nenhuma delas possa reivindicar, em sentido forte, o estatuto de única representação verdadeira do passado. Essa postura sustenta um relativismo robusto, que o próprio autor vê como politicamente “habilitador”, pois abriria espaço para a proliferação de múltiplas histórias, mas que o torna também um dos exemplos paradigmáticos do pós-modernismo “duro” em história, frequentemente criticado por virtualmente decretar a impossibilidade de qualquer conhecimento histórico mais forte.

¹⁴ Para saber mais: JENKINS, Keith. *Rethinking history*. Routledge, 2003

Em *Deconstructing History* (MUNSLOW, 2006)¹⁵, Alun Munslow sistematiza a leitura pós-estruturalista da historiografia, articulando teoria da narrativa, filosofia da linguagem e crítica à ideia de fato bruto. Ele distingue abordagens *reconstrutivas*, *construtivistas* e *deconstrutivistas*, argumentando que, neste último registro, a história é entendida como produção textual: o historiador não descobre um passado já dado, mas constrói *versões possíveis* por meio de escolhas narrativas, conceituais e retóricas. Nesse quadro, não existe uma única história verdadeira, e sim uma multiplicidade de histórias legítimas, cujos critérios de validação passam menos por correspondência direta com o real e mais por coerência interna, persuasão e responsabilidade ética e política. *Deconstructing History* acaba se tornando, assim, uma espécie de manual da historiografia pós-moderna, amplamente utilizado para apresentar como a desconstrução desafia noções tradicionais de objetividade, neutralidade e transparência na escrita da história.

Numa primeira fase, Ewa Domańska dialoga diretamente com esse horizonte de desconstrução, basta lembrar seus textos sobre crítica historiográfica e pós-modernismo como *Universal History and Postmodernism* (DOMAŃSKA, 1998)¹⁶, discute a tensão entre metanarrativas de história universal e a crítica pós-moderna às totalizações, mostrando como o pós-modernismo desestabiliza categorias básicas do pensamento histórico (linearidade do tempo, sujeito humano soberano, fronteira natureza/cultura). Já em *Historiographical criticism: a manifesto* (DOMAŃSKA, 2007)¹⁷, incluído em *Manifestos for History*, ela propõe a crítica historiográfica como abordagem voltada a desmontar pressupostos teóricos, categorias e formas narrativas da escrita da história, operando claramente no registro da desconstrução pós-estruturalista, ainda que já esboce aí a necessidade de abrir espaço para “histórias não convencionais” e perspectivas marginalizadas.

Na primeira década dos anos 2000, ela passa a defender explicitamente a necessidade de ir ‘além’ do pós-modernismo, cansada da “insegurança ontológica e do caos epistemológico” gerados pelo ceticismo radical. Em trabalhos como *The Material Presence of the Past* (DOMAŃSKA, 2006)¹⁸, *História para além do Humano* (DOMAŃSKA, 2024)¹⁹ e nos manifestos pelas *humanidades afirmativas*, Domańska propõe recolocar no centro o estatuto ontológico do passado, a materialidade das coisas e dos corpos, e perspectivas pós-humanistas e não antropocêntricas, sugerindo que a historiografia deve abandonar a mera crítica desconstrutiva e assumir um papel propositivo, voltado a futuros possíveis em um “tempo de catástrofes”.

¹⁵ Para saber mais: MUNSLOW, Alun. *Deconstructing history*. Routledge, 2006.

¹⁶ Para saber mais: DOMAŃSKA, Ewa. *Universal History and Postmodernism*. *History and Theory*, Middletown, v. 37, n. 3, p. 415-424, out. 1998

¹⁷ Para saber mais: DOMAŃSKA, Ewa. *Historiographical criticism: a manifesto*. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun (Ed.) *Manifestos for History*. Routledge, 2007. p. 197-204.

¹⁸ Para saber mais: DOMAŃSKA, Ewa. 4. *The material presence of the past*. *History and theory*, v. 45, n. 3, p. 337-348, 2006.

¹⁹ Para saber mais: DOMAŃSKA, Ewa. *História para além do Humano*. Tradução de Júlio Bentivoglio. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2024.

O Frank Ankersmit, é frequentemente lido como um dos nomes centrais da historiografia pós-moderna, sobretudo a partir de *Narrative Logic: a semantic analysis of the historian's language* (ANKERSMIT, 1983)²⁰ e *A escrita da história: a natureza da representação histórica* (ANKERSMIT, 2016)²¹. Ele radicaliza a virada linguística ao defender que o nível decisivo da história não são os enunciados isolados, mas as *representações históricas* como conjuntos narrativos que não “espelham” o passado, e sim o recortam e o organizam de forma estética e conceitual; proposições podem referir ao real, mas a narrativa como todo não tem referência direta, ela funciona como um substituto, um *narrative substance*. Nos trabalhos mais recentes, ele desloca o foco para a ideia de *experiência histórica* e de *sublime*²², buscando pensar momentos em que o passado “irrompe” no presente de forma intensa e não totalmente cognitiva, o que tem sido visto como um movimento “pós-pós-moderno”, mas ainda enraizado na crítica pós-moderna à transparência representacional.

A teoria da história de Jörn Rüsen costuma ser lida justamente como uma tentativa de responder aos desafios colocados à historiografia pela modernidade tardia e pela crítica pós-moderna, sem aderir ao relativismo radical. Em textos como *A história entre a modernidade e a pós-modernidade* (RÜSEN, 1999)²³ parte do diagnóstico de que a crise das metanarrativas, a influência dos Annales, a virada linguística e a proliferação de micro-histórias abalaram a confiança na capacidade da história de fornecer conhecimentos universais e progressivos, mas não eliminaram a necessidade social de orientação temporal. Sua resposta consiste em conceber a *consciência histórica* como estrutura básica da experiência temporal humana e em distinguir diferentes *tipos de sentido histórico* (tradicional, exemplar, crítico, genético), mostrando que a historiografia moderna, longe de ser mera acumulação de fatos, é uma forma específica de organizar passado, presente e futuro para orientar a ação. Nesse quadro, a validade do conhecimento histórico não se baseia em uma verdade absoluta, mas em critérios de racionalidade intersubjetiva, método e capacidade de produzir orientações plausíveis para sujeitos inseridos em situações concretas.

A obra de Arthur Alfaix Assis sobre Johann Gustav Droysen especialmente *What is History for? Johann Gustav Droysen and the Functions of Historiography* (ASSIS, 2014)²⁴, reforça essa perspectiva ao mostrar como Droysen reformula a *função pragmática da história* em um contexto de

²⁰ Para saber mais: ANKERSMIT, Frank R. *Narrative Logic: a semantic analysis of the historian's language*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1983.

²¹ Para saber mais: ANKERSMIT, Frank. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Tradução Gabriel Giannattasio. Londrina, EDUEL, 2016.

²² Em Ankersmit, *representação histórica* é o todo narrativo que substitui o passado, dando-lhe forma estética e conceitual, e não um simples espelho de fatos. A *opacidade* significa que essa representação nunca é transparente: mesmo com enunciados verdadeiros, o sentido do conjunto depende de escolhas de trama, linguagem e ponto de vista. Já a *experiência histórica sublime* designa momentos raros em que o passado irrompe no presente como um choque intenso e transformador, pré-conceitual, que não cabe plenamente na narrativa, mas reorienta a relação do sujeito com o tempo.

²³ Para saber mais: RÜSEN, Jörn. *A história entre a modernidade e a pós-modernidade*. In: DIEHL, Astor Antônio (org.). *Ensaio de teoria da história*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 73-111.

²⁴ Para saber mais: ASSIS, Arthur Alfaix. *What is History for?: Johann Gustav Droysen and the functions of historiography*. New York: Berghahn Books, 2014.

crise da história exemplar: o *pensar historicamente* é definido como capacidade subjetiva de relacionar presente e passado cognoscível, e a historiografia é entendida como prática hermenêutica que, por meio da *investigação* (Forschung), atualiza potenciais de sentido do passado em vista de necessidades do presente. Assim, tanto Rüsen quanto Assis/Droysen sugerem que, no cenário da pós-modernidade, a defesa da cientificidade da história passa por reconhecer seu caráter interpretativo e orientador, sem abdicar de critérios de validade e de um compromisso com o mundo vivido.

No interior do debate sobre a pós-modernidade, a reflexão em torno da materialidade e da presença do passado²⁵ tem sido uma das respostas mais instigantes às limitações da virada linguística. Hans Ulrich Gumbrecht, em obras como *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir* (GUMBRECHT, 2010)²⁶ e *Em 1926: vivendo no limite do tempo* (GUMBRECHT, 1999)²⁷, propõe distinguir entre culturas de sentido e culturas de presença, argumentando que a historiografia moderna se ancorou quase exclusivamente na produção de sentido, interpretação, explicação, narrativa, e reprimiu uma dimensão antropologicamente fundamental: o desejo de “tocar” o passado, de experimentar sua presença.

Ao explorar formas pelas quais o passado se torna co-presente, por meio de objetos, superfícies, atmosferas, encenações, Gumbrecht sugere que a escrita da história poderia atenuar sua obsessão hermenêutica e abrir-se a modos de relação com o passado que não se esgotam no significado textual. Em diálogo com essa inflexão, Ewa Domańska, em textos como *The Material Presence of the Past* (DOMANSKA, 2006) e trabalhos sobre história pós-humanista, critica a hegemonia das abordagens representacionais e defende um “retorno às coisas”, afirmando o estatuto ontológico do passado e a importância de considerar corpos, objetos, paisagens e até “não-humanos” (animais, plantas, artefatos) como instâncias reais de presença que desafiam um discurso histórico estritamente antropocêntrico e textual.

Ao deslocarem o foco da historiografia da linguagem para a materialidade, Gumbrecht e Domańska não negam a dimensão discursiva da história, mas procuram reequilibrá-la, sugerindo que, no cenário da pós-modernidade, uma teoria da história responsável deve articular crítica das

²⁵ Esse movimento ficou conhecido como *virada ontológica/material* (foco na presença/coisa)

²⁶ Hans Ulrich Gumbrecht, em *Produção de Presença*, propõe uma distinção heurística entre as *culturas de sentido* e as *culturas de presença*. Enquanto as primeiras privilegiam a interpretação e a atribuição de significados subjetivos aos fenômenos (o “mundo como texto”), as segundas enfatizam a relação espacial e física com os objetos, priorizando o impacto e a tangibilidade. No âmbito da historiografia, essa perspectiva sugere que o passado não deve ser acessado apenas como uma construção discursiva, mas como uma “presença” que irrompe no presente por meio de *epifanias* (momentos de proximidade física e estética com a materialidade histórica que excedem a capacidade de representação da linguagem). Para saber mais: GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Tradução de Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2010.

²⁷ Ao citar “Em 1926”, Gumbrecht não organiza o livro de forma cronológica ou causal (como a história moderna), mas de forma enciclopédica/espacial. Seu objetivo não é “explicar” o ano de 1926, mas permitir que o leitor “entre” naquele ano, sentindo o impacto das tecnologias, dos carros e do jazz. Para saber mais: GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Editora Record, 1999.

representações, atenção às formas de presença e sensibilidade aos novos problemas colocados pelo Antropoceno e pelo pós-humanismo.

No caso brasileiro, o debate sobre a pós-modernidade na historiografia precisa ser entendido menos como adesão a um “novo paradigma” e mais como um campo de disputas em torno da herança da modernidade histórica. Trabalhos de síntese, como os de Ciro Flamarion Cardoso sobre “crise de paradigmas” e “paradigmas rivais”, mostram que a discussão sobre pós-modernidade é atravessada por tensões entre um projeto ainda ancorado na crítica social e na materialidade, herdeiro do marxismo e dos Annales, e propostas que enfatizam linguagem, fragmentação e pluralidade de narrativas, muitas vezes próximas ao pós-estruturalismo.

Em diálogo com esse quadro, análises como as de Valdei Araujo (ARAUJO, 2006) sobre Hans Ulrich Gumbrecht²⁸ propõem releituras da própria modernidade e de sua relação com a experiência do tempo, indicando que a “pós-modernidade” pode ser vista como momento em que os efeitos acumulados da modernização, aceleração, separação entre passado e presente, crise da história como *magistra vitae*, entram em colapso e geram um “amplo presente” saturado, no qual a cultura histórica se reconfigura.

A discussão recente sobre história pública recoloca a questão do lugar social da historiografia e da relação entre conhecimento especializado e usos sociais do passado. Autores ligados ao campo internacional da *public history*, como Michael Frisch²⁹ e David Glassberg³⁰, insistem na ideia de que não se trata apenas de “divulgar” um saber já pronto, mas de construir, em diálogo com diferentes públicos, formas compartilhadas de interpretar o passado, incorporando práticas de memória, identidades locais, disputas políticas e meios de comunicação diversos.

No contexto brasileiro, obras organizadas por Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago como *História pública no Brasil: sentidos e itinerários* (MAUAD; ALMEIDA,; SANTHIAGO, 2016)³¹, enfatizam justamente o caráter polissêmico do conceito: história pública pode

²⁸ Um bom trabalho de análise para a historiografia de Gumbrecht que indicamos é: ARAUJO, Valdei Lopes de. Para além da autoconsciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. *Vária história*, v. 22, p. 314-328, 2006.

²⁹ Michael Frisch, em sua obra fundamental *A Shared Authority* de 1990, redefine a relação entre o historiador profissional e o público. Ao propor o conceito de “autoridade compartilhada”, Frisch argumenta que a produção do conhecimento histórico no âmbito público não deve ser uma via de mão única (da academia para a sociedade), mas um processo colaborativo. Nessa perspectiva, reconhece-se que tanto o historiador (com suas ferramentas metodológicas) quanto o público (com sua experiência vivida e memória) possuem competências distintas e complementares, cuja interação é necessária para a construção de uma compreensão histórica mais democrática e significativa. Para saber mais: FRISCH, Michael. *A Shared Authority: essays on the craft and meaning of oral and public history*. Albany: State University of New York Press, 1990.

³⁰ David Glassberg, em *Sense of History* de 2001, investiga a construção do sentido histórico em contextos públicos, enfatizando a intersecção entre a memória coletiva e o senso de lugar. Para Glassberg, a consciência histórica do público não é formada apenas por discursos acadêmicos, mas pela vivência em espaços de memória e pela participação em rituais comemorativos. O autor propõe que o historiador público atue na mediação entre essas narrativas locais e a crítica historiográfica, buscando compreender como o passado é mobilizado para fundamentar identidades políticas e sociais no presente. Para saber mais: GLASSBERG, David. *Sense of History: the place of the past in American life*. Amherst: University of Massachusetts Press, 2001.

³¹ Para saber mais: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Letra e Voz, 2016.

significar, ao mesmo tempo, mediação entre academia e sociedade, intervenção crítica em debates públicos, curadoria de acervos e narrativas em museus e mídias digitais, e prática colaborativa com comunidades na produção de narrativas históricas.

Esse debate revela que a historiografia contemporânea, ao confrontar as limitações do paradigma puramente representacional, caminha para uma compreensão mais densa da sua função social. O diálogo entre a teoria da história e a história pública exige que o historiador abdique de uma autoridade isolada em favor de uma prática pública e eticamente responsável. Nesse sentido, articular conceitos como consciência histórica e direito à história torna-se imperativo não apenas para qualificar a pesquisa acadêmica, mas para sustentar a escrita da história como uma ferramenta de orientação capaz de mediar as acirradas disputas de narrativas e o cenário de desinformação que marcam o presente.

2 ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: O PATRIMÔNIO COMO PROBLEMA HISTORIOGRÁFICO

A partir da década de 1980, o chamado “boom da memória”³² passou a ser interpretado como sintoma de uma transformação profunda na experiência histórica, marcada pela crise das grandes narrativas progressistas e pela perda de confiança num futuro concebido como horizonte de redenção. Autores como François Hartog, em *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*³³, propõem que o regime de historicidade moderno, estruturado pela flecha passado-presente-futuro e por expectativas de progresso, é gradualmente substituído por um presentismo em que o presente se torna o tempo dominante, saturado de memória e de urgências. Nesse quadro, a proliferação de discursos memorialísticos, comemorações, museus e políticas de patrimônio não é mero excesso sentimental; ela traduz uma reorientação da relação social com o tempo, em que a preservação do passado responde à sensação de aceleração, ruptura e incerteza diante do porvir.

³² O “boom da memória” refere-se ao processo pelo qual, desde os anos 1980, a memória deixou de ser tema marginal para tornar-se eixo central da pesquisa histórica e das políticas públicas. Essa virada está ligada à crise das grandes narrativas de progresso e ao enfraquecimento do futuro como horizonte de sentido, deslocando a atenção para o passado, as identidades e as experiências traumáticas. Nesse contexto, expandem-se os estudos sobre memória coletiva, testemunho, história do tempo presente e história oral, ao mesmo tempo em que se multiplicam museus, memoriais e políticas de comemoração. Autores como Pierre Nora e François Hartog conceituam esse cenário, enquanto Andreas Huyssen, Tzvetan Todorov e Beatriz Sarlo destacam sua ambivalência: a centralidade da memória pode favorecer o reconhecimento de vítimas e injustiças, mas também gerar usos políticos, nostalgias e novos silenciamentos.

³³ Hartog analisa como a sociedade organiza sua experiência temporal através de três modelos fundamentais: o *Regime Antigo (História Magistra Vitae)*, onde o passado serve como mestre e guia para o presente; o *Regime Moderno (Século XIX/XX)*, impulsionado pela crença no progresso e na utopia de um futuro melhor; e o *Regime Presentista (atualidade)*, marca da nossa era contemporânea. Neste último, o esgotamento das utopias e a aceleração do cotidiano isolam o indivíduo em um presente contínuo e onipresente, transformando o passado em objeto de consumo patrimonial e o futuro em um horizonte de incertezas. Para saber mais: HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

Nesse contexto, torna-se decisivo esclarecer o estatuto da memória em relação à história. Em vez de tratar memória e história como simples opostos, uma ligada ao afeto, outra à razão, boa parte da teoria contemporânea insiste em sua relação tensa e complementar: a memória fornece à história sua matéria primeira, sob a forma de lembranças, testemunhos, arquivos e lugares, ao mesmo tempo em que pode tornar-se sua rival ética e política. Ao reivindicar o ponto de vista dos grupos subalternos, das vítimas e dos sobreviventes, as políticas de memória frequentemente colocam em questão narrativas históricas estabilizadas, exigindo revisões, reparações e novas formas de reconhecimento.

A introdução pode, assim, formular como tese que a centralidade atual da memória não significa o eclipse da história, mas a reconfiguração de suas práticas, de seus públicos e de sua função social num horizonte presentista em que o passado é convocado, simultaneamente, como recurso de identidade, arena de disputa e problema teórico.

O deslocamento da memória ao centro da experiência histórica recente não é neutro: ele abre um vasto campo de conflitos, questões éticas e disputas políticas em torno do passado. Walter Benjamin (BENJAMIN, 1994)³⁴, nas Teses sobre o conceito de história³⁵, é uma referência decisiva para pensar essa dimensão crítica. Ao afirmar "Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie" (p. 225), Benjamin obriga a reler o patrimônio e as narrativas consagradas a partir do ponto de vista dos vencidos, dos mortos sem nome, dos sujeitos silenciados. A tarefa do historiador, nesse quadro, é "escovar a história a contrapelo"³⁶ (p. 225), isto é, romper com a continuidade triunfante dos vencedores para recuperar experiências interrompidas e direitos negados, o que implica um confronto direto com as formas instituídas de comemoração e monumentalização.

A consolidação do tema da memória no campo da teoria da história passa, em grande medida, pela matriz sociológica inaugurada por Maurice Halbwachs e pela reelaboração historiográfica proposta por Pierre Nora. Em *A memória coletiva* (HALBWACHS, 2013)³⁷, Halbwachs rompe com uma concepção individualista da lembrança ao afirmar "Para confirmar ou completar nossas lembranças, precisamos nos apoiar nas lembranças de outros." (p. 30), toda memória é socialmente

³⁴ Para saber mais: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

³⁵ Especialmente na Tese VII do ensaio *Sobre o conceito de história* (também conhecido como *Teses sobre a Filosofia da História*).

³⁶ A metáfora benjaminiana de "escovar a história a contrapelo" (1994, p. 225) define a tarefa do historiador como um ato de resistência à narrativa linear e triunfalista dos vencedores. Ao recusar a empatia com o "cortejo sucessivo" dos que detêm o poder, o pesquisador deve buscar nos fragmentos, nos silêncios do arquivo e nos testemunhos das vítimas as experiências que foram interrompidas pelo "progresso". Esse procedimento metodológico é a base para uma história crítica que reconhece a barbárie intrínseca aos monumentos da cultura.

³⁷ Na obra *A memória coletiva*, Halbwachs estabelece as bases sociológicas do lembrar a partir de três eixos fundamentais: 1) *Os quadros sociais (cadres sociaux)*: a tese de que a memória é socialmente enquadrada pela linguagem, pelo tempo e pelo espaço, sendo a lembrança uma reconstrução operada no presente (pp. 15-30); 2) *A distinção entre História e Memória*: a definição da História como uma narrativa universal e externa que surge quando a memória viva — múltipla, parcial e identitária — se decompõe (pp. 101-105); e 3) *A dimensão espacial*: a ideia de que a memória coletiva se apoia em uma "morfologia social", projetando-se sobre o espaço físico para garantir a estabilidade das tradições do grupo (pp. 197-200). Para saber mais: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

enquadrada: lembramos sempre a partir de *quadros sociais* como: família, classes, grupos religiosos, instituições, que fornecem categorias, valores e linguagens através das quais o passado é reconstruído. "Uma lembrança é, em grande medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente." (p. 102). A memória não é, portanto, um depósito fiel de imagens pretéritas, mas uma reconstrução orientada pelas necessidades e pelos horizontes de sentido do presente do grupo. Essa tese, ao enfatizar a dimensão coletiva, situada e seletiva da memória, abre caminho para pensar as disputas em torno do que merece ou não ser lembrado, e antecipa a ideia de que memórias plurais podem entrar em conflito entre si e com versões historiográficas dominantes.

Michael Pollak é uma peça importante no debate sobre memória, sobretudo com textos como *Memória, esquecimento, silêncio* (POLLAK, 1989)³⁸ e seus estudos sobre sobreviventes de campos de concentração nazistas. Neles, ele analisa o *trabalho de enquadramento da memória*, isto é, o modo como instituições, associações de vítimas e agentes estatais selecionam, organizam e legitimam certas lembranças em detrimento de outras, produzindo memórias oficiais e memórias subterrâneas. Ao enfatizar que o silêncio pode ser tanto efeito de repressão e censura quanto estratégia de autoproteção dos sujeitos traumatizados, Pollak complexifica a oposição lembrar/esquecer e dialoga diretamente com Halbwachs (dimensão social da memória), com Nora (lugares de memória) e com autores como Todorov e Sarlo, que discutem abusos da memória e disputas em torno da condição de vítima.

Pierre Nora, por sua vez, em *Lugares de Memória* (NORA, 1993)³⁹, desloca o foco da sociologia da lembrança para a historicização da própria “era da memória”. Ele distingue entre *ambientes de memória* (*milieux de mémoire*), em que as tradições são vividas organicamente no tecido social; e *lugares de memória*, (*lieux de mémoire*) nos quais o passado se cristaliza em arquivos, monumentos, museus, cerimônias e símbolos, justamente quando os ambientes vivos se desfazem. Para Nora, a França contemporânea vive sob o signo de uma “crise da memória” que produz uma proliferação de lugares de memória como tentativa de compensar a ruptura da continuidade histórica. Ao articular Halbwachs e Nora, pode-se argumentar que a memória é simultaneamente prática social situada e objeto de uma política de cristalização, na qual o patrimônio aparece como forma privilegiada de materialização desses lugares de memória, revelando tanto a vontade de preservar quanto as assimetrias de poder implicadas na seleção do que será lembrado.

Aleida Assmann aprofunda o debate sobre memória coletiva ao propor a noção de *memória cultural* (*Kulturelles Gedächtnis*), em diálogo com Jan Assmann, distinguindo-a da *memória comunicativa* (*kommunikatives Gedächtnis*) limitada ao horizonte de três gerações. Em obras como

³⁸ Para saber mais: POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

³⁹ Para saber mais: NORA, Pierre. *Lugar de memória*. In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo: Projeto História, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural (ASSMANN, 2011)⁴⁰ (Erinnerungsräume), Assmann desenvolve uma teoria sistemática da memória cultural a partir da ideia de *espaços* onde o passado é armazenado, ativado e transformado ao longo do tempo. O livro articula, em grandes linhas, três dimensões: (1) *uma história longa das técnicas e metáforas da recordação*, da mnemotécnica clássica aos meios modernos, para mostrar que não existe uma essência imutável da memória, mas modos históricos de lembrar; (2) *a análise dos “meios” da memória*, escrita, imagens, monumentos, museus, rituais, como mídias que configuram o que pode ser lembrado e como é lembrado; e (3) *os “armazenadores” da memória*, arquivos, bibliotecas, coleções, obras de arte, entendidos como dispositivos que selecionam, acumulam e disponibilizam vestígios, marcando a fronteira entre o que entra no cânone vivo e o que fica em reserva.

Ao dialogar criticamente com Pierre Nora, Assmann recusa a ideia de que a modernidade teria simplesmente dissolvido a memória na história, e propõe pensar ambas como *formas de recordação* de “segunda ordem”, destacando que as ciências históricas funcionam como memória das memórias e que a cultura cria espaços específicos, físicos e simbólicos, para lidar com traumas, ruínas e heranças problemáticas. Dialoga diretamente com Halbwachs (dimensão social da memória), com Nora (lugares de memória) e com as discussões sobre quem transforma determinados passados em patrimônio sensível e quem fica relegado ao “arquivo” daquilo que não se atualiza simbolicamente.

Andreas Huyssen, em *Seduzidos pela memória: usos e abusos do passado* (HUYSEN, 2000)⁴¹, retoma esse problema em chave contemporânea ao analisar a *musealização do mundo* e a *cultura da nostalgia* que se espalha desde os anos 1980. Para ele, o boom de museus, memoriais e comemorações revela tanto a necessidade de trabalhar traumas históricos quanto o risco de transformar a memória em mercadoria cultural e espetáculo, esvaziando sua potência crítica.

Nessa mesma direção, Tzvetan Todorov, em obras como *Os abusos da memória* (TODOROV, 2000)⁴², diferencia uma memória “exemplar”, capaz de universalizar a experiência das vítimas, de uma memória “literal”, que absolutiza o sofrimento e bloqueia o diálogo, advertindo para usos políticos da memória que podem se tornar tirânicos. Todorov discute como o apelo à memória, especialmente de traumas do século XX (Holocausto, totalitarismos), pode ser politicamente necessário, mas também pode se tornar fonte de distorções e injustiças. Ele critica o *culto da memória* ou *militância da memória*, isto é, a ideia de que lembrar sempre, de qualquer maneira e a qualquer custo, seria automaticamente virtuoso; para Todorov, é preciso distinguir entre usos justos e abusivos da memória. O núcleo conceitual do livro é a diferença entre *memória literal* e *memória exemplar*. Sendo que a primeira

⁴⁰ Para saber mais: ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.

⁴¹ Para saber mais: HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: usos e abusos do passado*. Tradução de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

⁴² Para saber mais: TODOROV, Tzvetan. *Os abusos da memória*. Tradução de Cláudia Berliner. Rio de Janeiro: Limiar, 2000.

prende o acontecimento ao seu caráter único, intransitivo, cultivando o trauma como algo incomparável e frequentemente alimentando ressentimentos, vinganças ou a sacralização da posição de vítima; tende a colocar o passado no lugar do presente. A segunda, ao contrário, extrai princípios e lições do ocorrido, permitindo comparações com outras situações e orientando ações no presente em nome de valores universais (direitos humanos, oposição a novas formas de opressão), sem monopolizar a condição de vítima. Todorov também fala de *abusos* na forma de banalização e sacralização do passado: banaliza-se quando tudo vira Holocausto, Hitler ou fascismo, esvaziando a singularidade dos eventos; sacraliza-se quando certos sofrimentos são colocados acima de qualquer crítica ou comparação, bloqueando o debate. Ao propor um *bom uso da memória*, ele se afasta tanto da amnésia quanto do culto memorialístico, insistindo que o dever de memória só faz sentido se estiver a serviço da justiça no presente, e não de identidades fechadas ou de projetos de poder que instrumentalizam o passado.

Henry Rousso em *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo* (ROUSSO, 2016)⁴³, propõe uma reflexão sobre a história do tempo presente a partir da ideia de *catástrofe* como marco provisório do nosso presente histórico, tomando sobretudo a Segunda Guerra Mundial, a Shoah⁴⁴ e, em certos contextos, 1914–1918 como pontos de origem de um “depois” que ainda não se fechou. O livro discute como, a partir do século XX, a relação passado–presente–futuro se recompõe: o presente deixa de ser mera passagem entre tradição e progresso e passa a ser vivido sob o *signo de rupturas traumáticas, judicialização do passado* (tribunais, comissões) e centralidade do trabalho de memória, aproximando-se das teses de François Hartog sobre o regime de historicidade presentista. Rousso mostra que a história do tempo presente opera num terreno de inacabado e de incerteza um *passado que não passa* e, por isso, convive em tensão permanente com memórias concorrentes, dispositivos de rememoração e demandas de justiça, dialogando com o *dever de memória* problematizado por Todorov e Ricoeur⁴⁵ e com o diagnóstico do “boom da memória” formulado por Nora e atualizado por Huyssen.

Beatriz Sarlo, ao discutir testemunho e trauma em contextos autoritários latino-americanos, mostra como narrativas de memória exigem cuidados éticos e formais para não se converterem nem em fetiche melodramático nem em apagamento. Em *Tempo passado: cultura da memória e guinada*

⁴³ Para saber mais: ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Tradução de Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

⁴⁴ *Shoah* é uma palavra de origem hebraica que significa “catástrofe”, “destruição” ou “desolação”. A Diferença de “Holocausto”: Enquanto “Holocausto” tem origem grega (*holokaustos*) e remete a um “sacrifício oferecido às divindades pelo fogo” (o que muitos historiadores e sobreviventes consideram inadequado por sugerir uma dimensão religiosa ou sacrificial ao extermínio), *Shoah* enfatiza a dimensão da aniquilação absoluta e do vazio deixado.

⁴⁵ Paul Ricoeur (2007) problematiza o “dever de memória” como um imperativo ético de justiça para com as vítimas e os sujeitos silenciados da história. Contudo, o autor propõe a transição do “dever” para o “trabalho de memória” (pp. 95-103), um processo de elaboração crítica que evita a sacralização do trauma e a manipulação política do passado. Para Ricoeur, a finalidade última dessa operação historiográfica é a busca por uma “memória pacificada” e um “esquecimento justo”, que permita a convivência democrática sem a negação das dívidas para com os mortos. Para saber mais: RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Editora Unicamp, 2007.

subjetiva, (SARLO, 2005)⁴⁶, Beatriz Sarlo parte do diagnóstico de que vivemos numa *cultura da memória*: o passado, sobretudo em sua dimensão traumática, ocupa o centro da vida pública e da produção cultural, por meio de museus, monumentos, testemunhos, autobiografias, filmes e romances que tomam a lembrança como valor em si. Nesse contexto, ela identifica uma *guinada subjetiva*, isto é, o deslocamento que faz da experiência individual e da narrativa em primeira pessoa, o sobrevivente, o militante, o narrador autobiográfico, o lugar privilegiado da verdade sobre o passado, em contraste com a história acadêmica percebida como fria e distante. Sarlo não nega a importância política e ética dessa virada, especialmente em sociedades marcadas pela violência de Estado, mas propõe um *exercício de desconfiança*: também a memória e o testemunho devem ser tratados como construções históricas, atravessadas por linguagem, esquemas narrativos e expectativas do presente. Manter a diferença entre memória e história, nesse quadro, é condição para que o trabalho historiográfico preserve sua função crítica, sem abdicar da responsabilidade diante das vítimas nem se entregar à sacralização acrítica da voz subjetiva.

A incorporação da história oral e de perspectivas da metodologia da micro-história aprofunda o modo como a memória se torna objeto e fonte da pesquisa histórica, deslocando o foco dos grandes eventos para a experiência vivida de sujeitos concretos. Alessandro Portelli, em *Ensaio de história oral* (PORTELLI, 2010)⁴⁷ insiste que o valor principal do testemunho não está em sua exatidão factual, mas na relação entre verdade factual e verdade narrativa: aquilo que os entrevistados lembram (ou deformam) revela o sentido que atribuíram aos acontecimentos, seus desejos, medos e identidades sendo importantíssimo considerar a *subjetividade do narrador*.

Luisa Passerini, em *Memória e utopia: a marca da subjetividade* (PASSERINI, 2011)⁴⁸, explora a dimensão subjetiva, afetiva e até inconsciente das lembranças, mostrando que a memória não é apenas um repositório de fatos, mas um espaço de elaboração simbólica em que se articulam gênero, classe, sexualidade e geração. A construção da narrativa a partir da memória através de diversas expressões, sendo que o historiador precise sempre levar em consideração no emaranhado de informações e narrativas os *silêncios* e as *lacunas*. Para ela, o que o entrevistado não diz ou esquece deliberadamente é tão importante quanto o que ele narra, revelando traumas ou conflitos com a ideologia dominante. Essas abordagens reforçam a ideia de que a memória interessa ao historiador menos como “cópia” do passado e mais como índice das formas pelas quais grupos e indivíduos se situam no tempo.

⁴⁶ Para saber mais: SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2005.

⁴⁷ Para saber mais: PORTELLI, Alessandro. Ensaio de história oral. Tradução de Paulo de Tarso Muzy. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

⁴⁸ Para saber mais: PASSERINI, Luisa. Memória e utopia: a marca da subjetividade. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: UNESP, 2011.

A micro-história italiana oferece um segundo eixo de problematização, ao conectar o detalhe empírico e as narrativas de vida a questões mais amplas de representação do passado. Giovanni Levi em *Sobre a micro-história* (LEVI, 1992)⁴⁹, ao defender a redução de escala como estratégia analítica, argumenta que o recorte microscópico permite observar relações de poder, práticas cotidianas e lógicas normativas que se perdem em sínteses macroestruturais. Carlo Ginzburg, em obras como *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (GINZBURG, 1987)⁵⁰, trabalha com fragmentos documentais e pistas indiciárias para reconstruir mundos mentais e horizontes culturais de indivíduos comuns, mostrando como vozes subalternas podem ser recuperadas a partir de vestígios mínimos. Articuladas à história oral, essas propostas indicam que a memória, longe de ser um simples complemento ilustrativo da narrativa histórica, torna-se lugar privilegiado de acesso às múltiplas temporalidades e às formas de autointerpretação dos sujeitos, ao mesmo tempo em que obriga o historiador a um rigor crítico na análise das mediações, dos silêncios e das assimetrias que estruturam o próprio ato de lembrar.

O desdobramento do debate sobre memória conduz inevitavelmente à questão do patrimônio, entendido não apenas como conjunto de bens materiais e imateriais, mas como dispositivo central das políticas de lembrança e esquecimento. Inspirado por reflexões filosóficas e históricas, Paul Ricoeur (RICOEUR, 2007), em *A memória, a história, o esquecimento*, propõe a ideia de uma *política da justa memória*: não se trata de acumular lembranças, e sim de articular memória, história e justiça de modo a fazer frente tanto à amnésia institucional quanto à sacralização acrítica do passado. Ao tematizar o *esquecimento justo*, Ricoeur reconhece que nenhum grupo ou sociedade pode lembrar de tudo, mas insiste que o esquecimento não deve assumir a forma de apagamento imposto, anistia forçada ou silenciamento das vítimas; o critério normativo passa pela responsabilidade em relação ao outro e pela abertura ao conflito interpretativo.

David Lowenthal, em *El pasado es un país extraño* (LOWENTHAL, 1998)⁵¹, radicaliza essa intuição ao definir o patrimônio como uma *construção seletiva do passado para o uso do presente*: mais do que conservar “o que foi”, as sociedades escolhem aquilo que desejam lembrar e transformar em recurso identitário, turístico e político, o que aproxima patrimônio das políticas de memória e dos usos públicos da história. Nessa linha, a historiadora Françoise Choay *A alegoria do patrimônio* (CHOAY, 2006)⁵² lê a invenção moderna do monumento histórico como uma *mutação na sensibilidade*

⁴⁹ Para saber mais: LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). A Escrita da História: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-162.

⁵⁰ Para saber mais: GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

⁵¹ Para saber mais: LOWENTHAL, David. El pasado es un país extraño. Tradução de Alberto Luis Bixio. Madri: Akal, 1998.

⁵² Para saber mais: CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

temporal europeia, que passa a valorizar a ruína e a autenticidade material, mas ao preço de uma patrimonialização generalizada que pode descontextualizar e estetizar o passado.

Laurajane Smith, em *Uses of Heritage* (SMITH, 2006)⁵³, introduz a crítica do *Authorized Heritage Discourse* (AHD ou Discurso sobre Patrimônio Autorizado em português), mostrando que a própria definição do que é patrimônio é produzida por um discurso autorizado, de peritos, Estados, organismos internacionais, que privilegia grandes monumentos, narrativas nacionais e identidades hegemônicas, silenciando memórias subalternas e práticas cotidianas. José Reginaldo Santos Gonçalves em *A retórica da perda: antropologia do patrimônio cultural* (GONÇALVES, 1996)⁵⁴ ao tratar o *patrimônio como categoria de pensamento*, desloca a reflexão para a antropologia, argumentando que *patrimônio* é um modo particular de ordenar a experiência cultural, que distingue bens *econômicos* e *culturais* e estabelece formas específicas de mediação entre vivos, mortos, deuses e coisas, variando conforme contextos e grupos.

André Corboz, por fim, ao pensar *O território como palimpsesto* (CORBOZ, 2004)⁵⁵, oferece uma imagem potente para articular patrimônio, memória e espaço: o território é um suporte *continuamente reinscrito* por camadas de ocupação, destruição e reinterpretação, de modo que cada política de preservação ou de intervenção urbana escreve “por cima” de vestígios anteriores, sem jamais começar do zero. Juntos, esses autores permitem pensar o patrimônio como *operação histórica de longa duração*, em que regimes de historicidade (Nora, Lowenthal, Choay), discursos autorizados e disputas de memória (Smith, Gonçalves) e camadas materiais do espaço (Corboz) se combinam na produção de um passado visível e legitimado, ao mesmo tempo em que outros passados permanecem apagados ou apenas semilíveis sob a forma de rastros.

Nesse horizonte, o patrimônio emerge como um dos principais campos em que o “dever de memória” se traduz em escolhas concretas sobre o que preservar, como narrar e para quem. A expansão da noção de patrimônio cultural, que incorpora práticas, saberes, paisagens e memórias de grupos subalternizados, evidencia que as listas oficiais e os lugares consagrados são resultado de disputas sociais e políticas, e não simples espelho de uma identidade nacional homogênea. Fala-se, assim, em patrimônios “sensíveis” ou “difíceis” para designar sítios e marcas materiais associados a experiências de trauma, a escravidão, as ditaduras, a violência de Estado, o racismo estrutural, em que a preservação não implica celebração, mas problematização crítica. Ao discutir esses casos, em diálogo com a historiografia brasileira recente sobre memória afro-brasileira, indígena e sobre a repressão política, é possível mostrar como a tríade história–memória–patrimônio se inscreve em lutas por reconhecimento e reparação. O historiador, nesse quadro, é chamado a intervir não apenas como especialista em

⁵³ Para saber mais: SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. London; New York: Routledge, 2006.

⁵⁴ Para saber mais: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: antropologia do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

⁵⁵ Para saber mais: CORBOZ, André. *O território como palimpsesto*. Tradução de Maria Leonor Gomes. In: *Diálogos: Revista do Departamento de História da UEM*, v. 8, n. 1, p. 11-28, 2004.

“passado”, mas como mediador de narrativas, capaz de explicitar os critérios de seleção, os silêncios e as desigualdades inscritas naquilo que uma sociedade decide transformar em legado para o futuro.

3 DA FONTE AO ALGORITMO: MÉTODOS DA HISTÓRIA DIGITAL

O entusiasmo que acompanha a chamada História Digital lembra, em parte, a *esplêndida aurora*⁵⁶ evocada por Hegel ao falar da modernidade, mas precisa ser temperado pelo ceticismo metodológico de Marc Bloch. Mais do que um simples conjunto de ferramentas, o digital pode ser compreendido como um novo regime de produção de conhecimento histórico, no qual se reconfiguram as condições de acesso, preservação e análise das fontes. A tese que orienta este texto é que a História Digital reconfigura, ao mesmo tempo, a heurística, a crítica de fontes e a escrita da história, sem romper com o núcleo disciplinar, mas deslocando os lugares em que se decide o que conta como evidência e quem tem autoridade para narrar o passado

O célebre projeto de Roberto Busa⁵⁷, o *Index Thomisticus*, já nos anos 1940–1950, mostra que a aplicação de meios computacionais ao trabalho histórico e filológico não é tão recente quanto sugerem as narrativas celebratórias que buscam um “marco zero” das Humanidades Digitais; esse próprio impulso de encontrar uma origem única revela aquilo que Bloch (BLOCH, 2001) denunciava como *ídolo das origens*⁵⁸. Hoje, entretanto, a novidade decisiva está no salto de escala: rompemos com a lógica da escassez típica do arquivo físico para ingressar naquilo que Ian Milligan (MILLIGAN, 2019) descreve como uma *era da abundância*⁵⁹, em que a web e os acervos nato-digitais produzem uma verdadeira tirania da abundância de dados, impondo novos problemas de seleção, amostragem e crítica.

⁵⁶ A expressão “esplêndida aurora”, em Hegel, designa a Revolução Francesa como o amanhecer de um novo mundo histórico, momento em que a liberdade se torna princípio explícito de organização política; é uma imagem entusiasmada, mas ambivalente, pois esse começo luminoso vem acompanhado de violência e contradições. Para saber mais: HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Editora UnB, 1995.

⁵⁷ Roberto Busa (1913-2011), jesuíta e linguista, é amplamente reconhecido como o precursor das Humanidades Digitais por meio da criação do *Index Thomisticus*. Iniciado em 1949 em colaboração com a IBM, o projeto marcou a transição da análise textual para o processamento computacional de dados em larga escala. Conforme analisa Steven E. Jones (2016), o trabalho de Busa antecipou questões centrais da História Digital contemporânea, como a mineração de textos (*text mining*) e a necessidade de infraestruturas tecnológicas para a pesquisa em ciências humanas. Para saber mais: JONES, Steven E. *Roberto Busa, S. J., and the Emergence of Humanities Computing*. New York: Routledge, 2016.

⁵⁸ Marc Bloch (2001) define o “ídolo das origens” como a obsessão historiográfica em buscar no início de um fenômeno a sua explicação exaustiva. Para o autor, a compreensão histórica exige não apenas a identificação do “começo”, mas a análise das transformações e do contexto em que os eventos se desenrolam, defendendo que o historiador deve evitar o anacronismo de projetar no passado as funções e sentidos que os fenômenos só adquiriram posteriormente (pp. 56-60). Para saber mais: BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁵⁹ Ian Milligan (2019) caracteriza o período contemporâneo como uma “era da abundância” documental, resultante da digitalização e da produção nata-digital (*born-digital*). Segundo o autor, essa saturação de fontes impõe uma mutação metodológica no ofício do historiador, que deve transitar da análise de corpora limitados para o uso de ferramentas computacionais de mineração de dados, sob o risco de se tornar incapaz de narrar a história das sociedades conectadas (pp. 3-15). Para saber mais: MILLIGAN, Ian. *History in the Age of Abundance: how the web is transforming historical research*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2019.

Nesse contexto, definir História Digital na introdução é crucial: trata-se de um campo que articula Humanidades Digitais, crítica das fontes digitais e história pública em torno da pergunta sobre como as mediações técnicas, bancos de dados, algoritmos de busca, plataformas colaborativas, reconfiguram os modos de fazer e de comunicar história. A passagem de um paradigma centrado no documento escasso, localizado no arquivo, para um universo de rastros massivos e voláteis não elimina as questões clássicas da disciplina, mas as desloca: quem controla as infraestruturas de armazenamento, indexação e visibilidade? Que tipo de evidência produz uma base de dados extraída por raspagem da web? Que relações de poder se inscrevem nos algoritmos que ordenam nossos resultados? Ao formular, já no início, a tese de que o digital não é um adereço instrumental, mas uma transformação nas condições de possibilidade da pesquisa histórica, análoga, em alguns aspectos, ao impacto da imprensa ou da fotografia, você prepara o terreno para discutir, nos blocos seguintes, como essa nova condição exige uma reformulação da crítica das fontes, da escala de análise e da responsabilidade pública do historiador diante de um passado que, ao mesmo tempo, nunca esteve tão disponível e nunca foi tão opaco.

Se o digital altera radicalmente o volume, a materialidade e a circulação das fontes, o núcleo do problema continua sendo epistemológico: como adaptar a crítica documental clássica à era dos bits. Andreas Fickers propõe em *Towards a new digital hermeneutics: algorithmic awareness and the role of critical thinking in digital history* (FICKERS, 2018)⁶⁰ ao falar em *crítica de fonte digital* para indicar que não se trata apenas de aplicar velhos critérios rankeanos a novos suportes, mas de reconsiderá-los à luz de infraestruturas técnico-sociais específicas. Defende que o advento da história digital exige uma nova *hermenêutica digital*, que ultrapasse a simples transposição da crítica documental clássica para o ambiente virtual. Para o autor, o historiador deve desenvolver uma *consciência algorítmica*, sendo capaz de criticar não apenas o conteúdo do documento, mas também as infraestruturas técnicas, as interfaces e os algoritmos que medeiam o acesso e a organização das fontes no arquivo digital (pp. 5-10).

A autenticidade, a proveniência e a representatividade de um documento nato-digital não podem ser avaliadas sem levar em conta a arquitetura de servidores, bancos de dados, formatos de arquivo, padrões de metadados e, sobretudo, algoritmos de indexação e ranqueamento. Nessa perspectiva, o perigo central não é apenas o erro factual, mas o *fetichismo da interface*: tomar aquilo que a tela oferece como dado transparente, esquecendo que cada resultado é produto de cadeias de decisão inscritas em código e em instituições. Assim, a crítica de fonte digital exige uma hermenêutica da mediação técnica, em que avaliar a confiabilidade de um corpus implica compreender minimamente como ele foi coletado, filtrado, normalizado e exibido.

⁶⁰ Para saber mais: FICKERS, Andreas. *Towards a new digital hermeneutics: algorithmic awareness and the role of critical thinking in digital history*. Luxembourg: University of Luxembourg, 2018.

Autores que trabalham com heurística digital, como Juliane Tatarinov como na obra *Digital Heuristics: or the art of searching in digital history* (TATARINOV, 2021)⁶¹, propõe falar em *heurística digital* para enfatizar que o historiador precisa desenvolver competências específicas: compreender, ao menos em linhas gerais, como funcionam algoritmos de pesquisa e ranqueamento, testar sistematicamente estratégias de busca (palavras-chave, filtros, combinações), documentar o processo de seleção de fontes e articular essa fase com a crítica de fontes e a crítica de ferramentas. Inserido no quadro mais amplo da *hermenêutica digital* (digital hermeneutics), afirma que a construção do corpus é já um ato interpretativo e que a opacidade das plataformas deve ser tratada como objeto de reflexão, não como mero pano de fundo técnico. Em outras palavras, a *arte de pesquisar em história digital* é parte constitutiva da teoria da história hoje: ela redefine o que conta como fonte, quais passados se tornam visíveis e como os regimes de memória são mediados por infraestruturas digitais.

A noção de *opacidade algorítmica* remete à combinação entre segredo industrial, complexidade técnica e assimetria de poder entre plataformas e usuários, o que obriga o historiador a adotar estratégias reflexivas: documentar procedimentos de busca, comparar motores distintos, testar palavras-chave alternativas, registrar versões de páginas e mudanças nos próprios sistemas.

No contexto brasileiro, trabalhos de Anita Lucchesi como *Por um debate sobre a História Digital: reflexões e desafios a partir de uma experiência de pesquisa* (LUCCHESI, 2014)⁶² ajudam a articular essa crítica epistemológica com o campo da História Pública Digital, tema da sua tese na Universidade de Luxemburgo, ao mostrar que plataformas colaborativas, redes sociais e repositórios abertos são, ao mesmo tempo, novos espaços de produção de fontes e arenas de disputa pela autoridade historiográfica. Desse modo, o “coração” da História Digital não está na adoção de ferramentas mais ou menos sofisticadas, mas na capacidade de reconfigurar a velha pergunta *o que é uma fonte histórica?* diante de documentos que são, intrinsecamente, resultados de processos automatizados, proprietários e historicamente situados.

A discussão metodológica em História Digital tem sido marcada por uma mudança de escala analítica, que vai do *close reading* tradicional ao *distant reading* e ao tratamento de grandes corpora de dados⁶³. Jo Guldi e David Armitage, em *The History Manifesto* (GULDI; ARMITAGE, 2014)⁶⁴,

⁶¹ Para saber mais: TATARINOV, Juliane. *Digital Heuristics: or the art of searching in digital history*. Luxembourg: C²DH, 2021.

⁶² Para saber mais: LUCCHESI, Anita. *Por um debate sobre a História Digital: reflexões e desafios a partir de uma experiência de pesquisa*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 303-317, 2014.

⁶³ O conceito de *distant reading* (leitura distante), sistematizado por Franco Moretti (2013), propõe um deslocamento da análise qualitativa de textos individuais para o processamento computacional de grandes massas documentais (*corpora*). Na historiografia contemporânea, autores como Ian Milligan (2019) e Eric Brasil (2021) argumentam que essa mudança de escala não substitui o *close reading* (leitura atenta), mas o complementa, permitindo que o historiador identifique padrões macroestruturais e tendências de longa duração em arquivos digitais que seriam humanamente impossíveis de serem lidos em sua totalidade. Para saber mais: MORETTI, Franco. *Leitura distante*. Tradução de Ivan Pinheiro Machado. São Paulo: Cosac Naify, 2013 e BRASIL, Eric. *Como as tecnologias digitais mudam a prática historiográfica? Reflexões sobre heurística e crítica de fontes*. Revista História Hoje, v. 10, n. 19, p.1-22, 2021.

⁶⁴ Para saber mais: GULDI, Jo; ARMITAGE, David. *The History Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

defendem que as ferramentas digitais oferecem a oportunidade de reabilitar a longa duração, permitindo ao historiador captar tendências de longo prazo em séries extensas de textos, mapas, estatísticas e registros administrativos. Ao mesmo tempo, alertam que o uso de algoritmos e métodos quantitativos não deve significar o abandono da crítica qualitativa, mas uma articulação entre leitura de perto e leitura de longe, em que a modelagem computacional serve para formular novas perguntas e localizar padrões que depois exigem interpretação densa. Nesse horizonte, o recurso a técnicas de *text mining* (Mineração de Texto)⁶⁵, análise de redes ou georreferenciamento não é um fim em si, mas um modo de reconfigurar a relação entre detalhe e totalidade, caso e série, micro e macro-história no trabalho com escalas⁶⁶

Ian Milligan, em *History in the Age of Abundance: how the web is transforming historical research* (MILLIGAN, 2019), desloca o foco para o problema da *preservação* e do *acesso*, mostrando que o historiador do futuro lidará majoritariamente com *fontes nato-digitais*, especialmente arquivos da web, cujo volume e fragilidade colocam desafios inéditos. A metáfora da *tiranía da abundância* designa tanto a dificuldade de lidar com um excesso de dados quanto o risco de que, sem políticas de arquivamento e padrões estáveis, boa parte dessa produção se perca, criando um *buraco negro digital* na memória histórica.

Nesse cenário, trabalhos como os de Roy Rosenzweig e Daniel J. Cohen enfatizaram, desde os anos 1990–2000, a ambivalência do digital: de um lado, a democratização potencial do acesso e da produção de narrativas históricas; de outro, a dependência de suportes tecnológicos frágeis, formatos obsoletos e infraestruturas controladas por grandes corporações. Na obra *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web* (COHEN; ROSENZWEIG, 2005)⁶⁷, de Daniel J. Cohen e Roy Rosenzweig, é ao mesmo tempo um manual prático e uma intervenção teórica na forma como os historiadores se relacionam com o meio digital. Organizado em torno de três verbos: *reunir, preservar e apresentar*, o livro parte da constatação de que a web não é apenas um novo suporte, mas um ambiente que reconfigura a própria “oficina” do historiador, obrigando-o a *repensar a heurística*, a crítica das fontes e as formas de narrativa. No eixo da reunião de fontes, os autores exploram as possibilidades abertas por *documentos nato-digitais* (e-mails, sites, blogs, bancos de dados colaborativos) e pela digitalização massiva, ao mesmo tempo em que alertam para a *ilusão de completude*: motores de busca, portais e plataformas organizam a visibilidade do passado, de modo

⁶⁵ *Text Mining* (Mineração de Texto), permite extrair padrões de milhares de páginas, ela resolve a tensão entre o Detalhe (a palavra em um contexto) e a Totalidade (o discurso médio de uma época).

⁶⁶ Tradicionalmente, a Micro-história (Giovanni Levi, Ginzburg) era criticada por ser “excepcional” e não permitir generalizações. Já a Macro-história (Braudel) era criticada por apagar o indivíduo em prol das estruturas, as relações das escalas foram trabalhadas por Jacques Ravel, mesmo sendo pré-digital, é fundamental para pensar a questão das escalas na História Digital. Para saber mais: REVEL, Jacques. Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁶⁷ Para saber mais: COHEN, Daniel J.; ROSENZWEIG, Roy. *Digital History: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the web*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

que a coleta exige decisões conscientes sobre palavras-chave, escopo, representatividade e documentação do próprio processo de busca.

No eixo da preservação, um dos conceitos centrais é a fórmula *digitalizar não é preservar*: converter acervos analógicos em arquivos digitais aumenta o acesso, mas não garante sua sobrevivência a longo prazo, dada a fragilidade dos suportes, a obsolescência de formatos e a dependência de infraestruturas técnicas e institucionais. A preservação digital passa, assim, por políticas ativas de arquivamento, padronização de metadados, migrações planejadas de formato e cooperação entre arquivos, bibliotecas e laboratórios de história digital. Por fim, ao tratar da apresentação do passado na web, Cohen e Rosenzweig discutem a construção de sites de história, exposições virtuais e recursos educacionais, enfatizando conceitos como interatividade, usabilidade, hipertexto e participação dos usuários, mas também questões de autoria, credibilidade e direitos autorais. Sustentam, nesse ponto, a ideia de que o ambiente digital tende a democratizar o acesso e a produção de narrativas históricas, abrindo espaço para uma *History Web* mais plural, porém recoloca com força a responsabilidade do historiador em explicitar métodos, fontes e critérios de seleção, sob pena de ver a autoridade historiográfica diluída num fluxo indiferenciado de conteúdos

No contexto brasileiro, o debate sobre História Digital ganha densidade ao ser apropriado e retrabalhado por uma geração de historiadores preocupados com as transformações da esfera pública e da própria autoridade historiográfica. No artigo *A escrita da história em tempos de Wikipédia: autoridade, colaboração e a crise do paradigma historiográfico* (BONALDO; NICODEMO, 2018)⁶⁸ Thiago Nicodemo e Rodrigo Bonaldo chamam atenção para o modo como plataformas como a Wikipédia, redes sociais e repositórios colaborativos deslocam a fronteira entre especialistas e não especialistas, produzindo uma *história em tempos algorítmicos* em que mecanismos de ranqueamento, políticas de moderação e formatos participativos interferem diretamente na visibilidade e na legitimidade das narrativas sobre o passado. Essa perspectiva permite ler a web não apenas como um grande arquivo, mas como um campo de lutas simbólicas, no qual a figura do historiador profissional disputa espaço com editores anônimos, influenciadores e comunidades de interesse, exigindo novas estratégias de intervenção pública e de crítica das fontes. Ao enfatizar a historicidade dos próprios suportes e infraestruturas, sites, plataformas, bases de dados, softwares –, esses autores mostram que cada tecnologia incorpora pressupostos sobre o que conta como evidência, como se organiza um argumento e que formas de colaboração são possíveis ou incentivadas.

Em diálogo com essa agenda, Pedro Telles da Silveira em obras como *escrever a história no mundo digital: mediação administrativa e historiografia* (SILVEIRA, 2022)⁶⁹ tem insistido na

⁶⁸ Para saber mais: BONALDO, Rodrigo; NICODEMO, Thiago Lima. A escrita da história em tempos de Wikipédia: autoridade, colaboração e a crise do paradigma historiográfico. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 21-42, 2018.

⁶⁹ Para saber mais: SILVEIRA, Pedro Telles da. Escrever a história no mundo digital: mediação administrativa e historiografia. Vitória: Editora Milfontes, 2022.

necessidade de tratar a tecnologia não como *pano de fundo neutro*, mas como dimensão constitutiva da escrita da história, retomando debates clássicos sobre a relação entre forma, meio e experiência do tempo. A atenção à *historicidade dos suportes* do manuscrito ao impresso, do microfilme ao banco de dados digital permite situar a História Digital como mais uma etapa em uma longa série de reconfigurações materiais da prática historiográfica, e não como ruptura absoluta. Trata que o historiador deve a *mediação administrativa*, chamando atenção para o fato de que a web, as plataformas, os bancos de dados, os sistemas de indexação e visualização (de catálogos on-line a softwares de análise) funcionam como instâncias que organizam o que pode ou não aparecer como evidência e quais formas de escrita são mais facilmente legitimadas. Em vez de discutir apenas “aplicações” (sites, projetos, ferramentas), enfatizando o modo como essas infraestruturas entram na própria economia da prova histórica: quem controla os repositórios; que metadados são produzidos; que padrões de citação e visualização de dados passam a ser exigidos; como isso afeta a fronteira entre pesquisa, gestão de acervos e história pública digital.

Articulando essas contribuições com o trabalho de Anita Lucchesi sobre História Digital e História Pública, pode-se argumentar que, no Brasil, a expansão do campo se faz sobretudo pela interrogação crítica das condições técnicas, institucionais e políticas que moldam tanto a produção de fontes quanto a circulação de narrativas, reforçando a ideia de que o digital reabre, em novas bases, as questões clássicas da teoria da história sobre autoria, autoridade e uso público do passado.

A História Digital se aproxima, por fim, de um conjunto de questões éticas e políticas que a conectam diretamente ao campo da História Pública. Serge Noiret no texto *Digital Public History* (NOIRET, 2018)⁷⁰ apresenta a ideia de que a História Digital constitui, em grande medida, o braço tecnológico da História Pública, na medida em que as ferramentas digitais como sites, blogs, redes sociais, repositórios colaborativos, exposições virtuais, reconfiguram os lugares de encontro entre historiadores e públicos diversos.

Essa reconfiguração implica repensar autoria, autoridade e responsabilidade: a produção de narrativas sobre o passado em ambientes abertos, sujeitos a edição coletiva e à lógica das plataformas, obriga o historiador a explicitar métodos, fontes e critérios de seleção, mas também a reconhecer que a circulação de versões concorrentes da história é uma característica estrutural da esfera pública contemporânea. Nesse sentido, o problema não é apenas “popularizar” resultados de pesquisa, mas negociar com formatos, linguagens e temporalidades característicos do ambiente digital, sem abdicar do compromisso com a crítica e com a reflexividade.

A evocação de Marc Bloch, ao lembrar que:

⁷⁰ Para saber mais: NOIRET, Serge. *Digital Public History*. In: DEAN, David (org.). *A Companion to Public History*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2018. p. 111-124.

"O historiador não é decerto obrigado a ler o hebreu para estudar as línguas, nem a física de partículas para explicar a arqueologia. [...] No entanto, para ele, é uma imperativa necessidade pôr a funcionar a serviço de sua ciência todas as veias de todas as técnicas." (BLOCH, 2001, p 79)

Fornece uma chave importante para encerrar o argumento: o domínio de instrumentos como linguagens de programação (Python), softwares de análise de redes (Gephi), plataformas de gestão de acervos (Omeka) ou sistemas de visualização não substitui o rigor metodológico, mas amplia o repertório de operações possíveis sobre as fontes. O desafio é evitar que a disponibilidade técnica dite as perguntas, reduzindo o trabalho histórico àquilo que é facilmente quantificável ou visualizável, e insistir em que as questões substantivas, sobre experiência, conflito, desigualdade, memória e poder, continuem orientando a escolha e o uso das ferramentas. Em um contexto de vigilância algorítmica, economia da atenção e desinformação em larga escala, a História Digital, pensada nessa chave, não se limita a explorar oportunidades tecnológicas, mas é chamada a participar criticamente da construção de uma esfera pública em que o passado possa ser debatido de forma informada, plural e responsável.

Em termos de teoria da história, a História Digital não inventa problemas inteiramente novos, mas reinscreve questões clássicas, autoria, evidência, narrativa, função social do historiador, em um cenário de mediação algorítmica e de disputa pela atenção, no qual a crítica das fontes precisa incluir também a crítica das plataformas



REFERÊNCIAS

- ANKERSMIT, Frank R. Narrative Logic: a semantic analysis of the historian's language. The Hague: Martinus Nijhoff, 1983.
- ANKERSMIT, Frank. A escrita da história: a natureza da representação histórica. Tradução Gabriel Giannattasio. Londrina, EDUEL, 2016.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. Para além da autoconsciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. *Vária história*, v. 22, p. 314-328, 2006.
- ASSIS, Arthur Alfaix. What is History for?: Johann Gustav Droysen and the functions of historiography. New York: Berghahn Books, 2014.
- ASSIS, Arthur. A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução. Ed. UFG, 2010.
- ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BLOCH, Marc. Apologia da história, ou, O ofício de historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONALDO, Rodrigo; NICODEMO, Thiago Lima. A escrita da história em tempos de Wikipédia: autoridade, colaboração e a crise do paradigma historiográfico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 21-42, 2018.
- BRASIL, Eric. Como as tecnologias digitais mudam a prática historiográfica? Reflexões sobre heurística e crítica de fontes. *Revista História Hoje*, v. 10, n. 19, p.1-22, 2021.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador. *Diálogos*, v. 3, n. 3, p. 1-28, 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 1-23.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.
- COHEN, Daniel J.; ROSENZWEIG, Roy. Digital History: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the web. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.
- CORBOZ, André. O território como palimpsesto. Tradução de Maria Leonor Gomes. In: *Diálogos: Revista do Departamento de História da UEM*, v. 8, n. 1, p. 11-28, 2004.
- DOMANSKA, Ewa. 4. The material presence of the past. *History and theory*, v. 45, n. 3, p. 337-348, 2006.
- DOMANSKA, Ewa. História para além do Humano. Tradução de Júlio Bentivoglio. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2024.

- DOMANSKA, Ewa. Historiographical criticism: a manifesto. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun (Ed.) Manifestos for History. Routledge, 2007. p. 197-204.
- DOMANSKA, Ewa. Para além do antropocentrismo nos estudos históricos. Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia (ISSN 2179-6386), v. 4, n. 1, p. 9-26, 2013.
- DOMAŃSKA, Ewa. Universal History and Postmodernism. History and Theory, Middletown, v. 37, n. 3, p. 415-424, out. 1998
- DOSSE, François. A história em migalhas: dos Annales à Nova História. Tradução de Magda S. Monteiro. Bauru: EDUSC, 2003
- FICKERS, Andreas. Towards a new digital hermeneutics: algorithmic awareness and the role of critical thinking in digital history. Luxembourg: University of Luxembourg, 2018.
- FRISCH, Michael. A Shared Authority: essays on the craft and meaning of oral and public history. Albany: State University of New York Press, 1990
- GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- GLASSBERG, David. Sense of History: the place of the past in American life. Amherst: University of Massachusetts Press, 2001.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: antropologia do patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- GULDI, Jo; ARMITAGE, David. The History Manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 2, n. 3, p. 10-22, 2009.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Em 1926: vivendo no limite do tempo. Editora Record, 1999.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir. Tradução de Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2010.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ªed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013
- HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: usos e abusos do passado. Tradução de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JENKINS, Keith. Rethinking history. Routledge, 2003

JONES, Steven E. Roberto Busa, S. J., and the Emergence of Humanities Computing. New York: Routledge, 2016.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). A Escrita da História: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-162.

LOWENTHAL, David. El pasado es un país extraño. Tradução de Alberto Luis Bixio. Madri: Akal, 1998.

LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre a História Digital: reflexões e desafios a partir de uma experiência de pesquisa. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 303-317, 2014.

LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). História Pública no Brasil: sentidos e itinerários. Letra e Voz, 2016.

MILLIGAN, Ian. History in the Age of Abundance: how the web is transforming historical research. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2019.

MORETTI, Franco. Leitura distante. Tradução de Ivan Pinheiro Machado. São Paulo: Cosac Naify, 2013

MUNSLOW, Alun. Deconstructing history. Routledge, 2006.

NOIRET, Serge. Digital Public History. In: DEAN, David (org.). A Companion to Public History. Hoboken: John Wiley & Sons, 2018. p. 111-124.

NORA, Pierre. Lugar de memória. In: NORA, Pierre. Les lieux de mémoire. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo: Projeto História, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PASSERINI, Luisa. Memória e utopia: a marca da subjetividade. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: UNESP, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Ensaios de história oral. Tradução de Paulo de Tarso Muzy. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RAMOS, Márcia Elisa Teté; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. MOBILE LEARNING: APRENDER SOBRE O PASSADO NA CONVERGÊNCIA ENTRE LITERACIA DIGITAL E LITERACIA HISTÓRICA. Territórios e Fronteiras, v. 15, n. 1, 2022.

REVEL, Jacques. Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Editora Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Tradução de Cláudia Dornbusch. Campinas: Papirus, 1994-1997. 3 v.

ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo. Tradução de Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

RÜSEN, Jörn. A história entre a modernidade e a pós-modernidade. In: DIEHL, Astor Antônio (org.). Ensaio de teoria da história. Passo Fundo: EDIUPF, 1999

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2001.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2005.

SILVEIRA, Pedro Telles da. Escrever a história no mundo digital: mediação administrativa e historiografia. Vitória: Editora Milfontes, 2022.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo. A Didática Reconstitutivista da História: um marco na historiografia do Ensino de História. Clio: Revista de Pesquisa Histórica (01024736), v. 42, 2024.

SMITH, Laurajane. Uses of heritage. London; New York: Routledge, 2006.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martins; RAMOS, Márcia Elisa Teté. As contribuições da História Education para a pesquisa em ensino de História. ANDRADE, Juliana Alves; PEREIRA, Nilton Muleet. Ensino de história e suas práticas de pesquisa. São Leopoldo: OIKOS, p. 96-113, 2021.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. Ensino de História não é Educação, mas calma que eu explico!. Palavras ABEHrtas, 2021.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin; JUNIOR BONETE, Wilian. questão indígena presente nos Livros Didáticos de História: uma análise a partir das orientações do Guia Digital PNLD. Saeculum-Revista de História (0104-8929), v. 28, n. 48, 2023.

TATARINOV, Juliane. Digital Heuristics: or the art of searching in digital history. Luxembourg: C²DH, 2021.

TODOROV, Tzvetan. Os abusos da memória. Tradução de Cláudia Berliner. Rio de Janeiro: Limiar, 2000.

VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WHITE, Hayden. Meta-história: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 2002